

VOTO Nº /XII/3.ª

VOTO DE CONDENAÇÃO DE INICIATIVAS QUE COLOQUEM EM CAUSA O PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE NA INTERNET

Até hoje, a internet e a navegação nela estiveram protegidas de qualquer prática discriminatória através da garantia da “neutralidade da rede”, um princípio fundamental da navegação na Internet. Atualmente, a rede não discrimina ninguém: todos os utilizadores são tratados como iguais, todos os fornecedores de conteúdos são tratados como iguais.

No entanto, grandes empresas norte-americanas de fornecimento de serviços de acesso à internet, como a Comcast, a Time Warner, a AT&T e a Verizon, pretendem alterar profundamente as regras de funcionamento até ao momento estabelecidas. O objetivo é acabar com o princípio da neutralidade da internet e passar a existir uma internet a duas velocidades: internet mais rápida para quem pode pagar, internet mais lenta para quem tem menos recursos.

Desta forma, alguns *sites* ou fornecedores de conteúdos poderiam pagar para que os seus conteúdos fossem entregues mais rapidamente, em detrimento de outros que passariam a ter acessos mais lentos. Para além da concorrência e das disputas de mercado entre empresas, é claro que os utilizadores ficarão prejudicados porque poderão sofrer grandes demoras para aceder aos serviços e conteúdos escolhidos. Por isso, a defesa da neutralidade da rede é uma garantia democrática para os seus

utilizadores e um impedimento para a criação da desigualdade na internet.

Lamentavelmente, a Comissão Federal de Comunicações, responsável pela regulamentação sobre a internet nos Estados Unidos da América, propôs uma nova regulamentação que eliminará a neutralidade da rede e que terá consequências mundiais. Como grande parte do tráfego mundial da internet passa pelos EUA, o modo como este país regular a internet afetará o mundo inteiro. Esta proposta, nas palavras de Tim Wu, professor catedrático que desenvolveu o conceito de neutralidade na rede, distorce o princípio de base de igualdade de expressão “em que a voz de um bloguer desconhecido tem um peso semelhante ao de um jornal poderoso”.

Por outro lado, levantam-se preocupantes possibilidades de censura por parte das empresas mais fortes, que poderão passar a bloquear sites e a negar o acesso a informação se assim o entenderem.

Como diz a jornalista norte-americana Amy Goodman “o que poderá suceder com a internet se se perder o princípio de neutralidade é equiparável a uma empresa de telefones poder diminuir a qualidade das suas chamadas telefónicas se não se contratar o serviço mais caro”.

O dia 11 de setembro de 2014 é marcado por uma iniciativa mundial em defesa da neutralidade da internet, o *Internet Slowdown Day*. Esta iniciativa visa chamar a atenção para este problema e para que as alterações preconizadas nos EUA não sejam postas em prática.

Assim, a Assembleia da República, reunida em plenário, condena quaisquer iniciativas que coloquem em causa o princípio universal da neutralidade na internet e saúda as iniciativas em defesa da neutralidade da internet.

Assembleia da República, 11 de setembro de 2014.

As deputadas e deputados do Bloco de Esquerda,